De 1930 a 1964 — Vargas e a República de 1946

Edição de estudo do Horizonte · 2/11/2026. O e-book antigo (21 páginas) chama todo o intervalo de “Era Vargas”, mas a expressão se aplica em sentido estrito a 1930–1945. O segundo governo Vargas (1951–1954) pertence à ordem constitucional iniciada em 1946.

Pergunta central

Como centralização, direitos do trabalho, industrialização e disputas democráticas mudaram entre 1930 e o golpe de 1964?

Quatro fases em uma linha do tempo

Intervalo	Instituições	Ponto de estudo
1930–1934	Governo provisório após a ruptura de 1930.	Centralização e reação paulista de 1932.
1934–1937	Constituição de 1934 e disputas políticas.	Direitos, voto, organizações e conflito.
1937–1945	Estado Novo sob Constituição outorgada.	Autoritarismo, propaganda, trabalho e indústria.
1946–1964	Nova Constituição, eleições e crises.	Dutra, Vargas eleito, JK, Jânio e Goulart.

1. Governo provisório, 1932 e Constituição (PDF antigo, p. 3–5)

A ruptura de 1930 deslocou grupos dirigentes e ampliou a intervenção do governo central. Não produziu imediatamente um regime estável. Em 1932, a mobilização constitucionalista paulista expressou disputas sobre autonomia e regras políticas; o rótulo “revolução” não esgota suas motivações. A Constituição de 1934 reorganizou a representação e incorporou avanços eleitorais e sociais. Compare suas regras com as de 1891 para observar quem entrou na cidadania e quais limites persistiram. A história das Constituições do Senado situa as mudanças.

2. Estado Novo: poder, propaganda e trabalho (p. 6–10)

Em 1937, Vargas fechou o Congresso e impôs uma nova Constituição. O Estado Novo concentrou poder, restringiu liberdades e controlou a comunicação política. A industrialização e a legislação trabalhista do período são processos reais, mas não justificam apagar censura, perseguição e limites da organização sindical. Pergunte quais trabalhadores eram alcançados por cada norma, como os direitos eram aplicados e como a propaganda construía a imagem do governo. O Senado descreve a ruptura de 1937. A deposição de Vargas em 1945 abriu eleições e outra ordem constitucional.

3. A República de 1946 e Vargas eleito (p. 11–15)

A Constituição de 1946 restabeleceu instituições representativas após o Estado Novo. Dutra governou no começo dessa fase; Vargas voltou à Presidência pelo voto em 1951. O mesmo personagem atuou em regimes diferentes: não transfira automaticamente a descrição do ditador de 1937 ao presidente eleito de 1951. Analise política trabalhista, nacionalismo econômico, oposição e crise de 1954 em seus contextos próprios. A Petrobras foi criada em 1953. A proposta de criação da Eletrobras veio em 1954, mas sua autorização foi em 1961 e a instalação em 1962, segundo a história institucional da Eletrobras. O e-book antigo erra ao atribuir a criação efetiva da Eletrobras a Vargas.

4. Desenvolvimento e crise, 1955–1964 (p. 16–20)

O governo JK é associado ao Plano de Metas e à construção de Brasília, inaugurada em 1960. Desenvolvimento econômico não se resume a crescimento: exige examinar financiamento, desigualdades e efeitos regionais. A renúncia de Jânio Quadros em 1961 abriu uma crise sucessória; uma solução parlamentarista antecedeu o retorno ao presidencialismo. João Goulart enfrentou conflitos sobre reformas, inflação, mobilização social e poder militar. O golpe de 1964 interrompeu essa ordem democrática. Relatos que atribuem a ruptura a uma única pessoa ou decisão ocultam a participação de vários atores civis e militares.

Leitura aprofundada das mudanças de regime

1930 não foi apenas uma troca de presidente

A ruptura de 1930 desfez parte do arranjo da Primeira República e deu início a um governo provisório. A dissolução de legislativos e a nomeação de interventores revelam centralização concreta, não apenas um novo nome na Presidência. Para entender a reação constitucionalista paulista de 1932, pergunte que autonomia e que regras seus participantes defendiam; o movimento reuniu interesses que não cabem em uma única descrição moral. Em 1934, uma nova Constituição criou outra base institucional. Compare os poderes do Executivo, a representação e os direitos previstos antes de afirmar que a fase provisória e a constitucional eram o mesmo governo com outra data.

1937 exige separar política social de liberdade política

O fechamento do Congresso e a Constituição outorgada em 1937 marcaram o Estado Novo. Censura, perseguição e propaganda fizeram parte do funcionamento do regime. Ao mesmo tempo, políticas de industrialização e normas trabalhistas se consolidaram. Reconhecer ambas as dimensões não significa fazer uma soma em que direitos sociais “compensam” a supressão de liberdades. Pergunte quem era abrangido por uma norma, como poderia cobrá-la e que autonomia tinha para organizar sindicatos. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, é um marco para esse estudo, mas sua existência não descreve sozinha a experiência de todos os trabalhadores. A questão filosófica é se resultados administrativos podem substituir o consentimento e o controle público sobre quem governa.

O retorno de 1951 não restaurou o Estado Novo

Depois da deposição de 1945, a Constituição de 1946 reorganizou eleições e instituições representativas. Vargas permaneceu na política e retornou à Presidência após vencer a eleição de 1950. Quando o mesmo personagem governa sob regras diferentes, sua biografia não substitui a história das instituições. No segundo mandato, nacionalismo econômico, política trabalhista, imprensa, Congresso e oposição se relacionaram de maneira distinta da fase ditatorial. A Petrobras foi criada em 1953; a Eletrobras ilustra a diferença entre propor e realizar uma política. Registre 1954 para a proposta, 1961 para a autorização e 1962 para a instalação, evitando atribuir a uma pessoa todas as etapas.

Desenvolvimento depois de Vargas teve custos e disputas

O Plano de Metas de JK e Brasília, inaugurada em 1960, ajudam a estudar investimento e transformação material. Mas a palavra “desenvolvimento” precisa de critérios: financiamento, distribuição regional, emprego, infraestrutura e dívida podem apresentar tendências diferentes. A renúncia de Jânio Quadros em 1961 abriu uma crise de sucessão; o parlamentarismo foi uma solução temporária antes do retorno ao presidencialismo. João Goulart enfrentou disputas sobre reformas, inflação, organização social e poder militar. Nenhuma dessas questões pode ser tratada como continuação automática da vontade de Vargas. O golpe de 1964 resultou de ações de vários atores e encerrou a ordem constitucional iniciada em 1946.

Uma fonte para cada tipo de pergunta

Use uma Constituição para perguntar que poderes eram previstos, uma peça de propaganda para investigar a imagem que o governo tentava produzir, um documento sindical para observar demandas de trabalhadores e um registro de empresa pública para datar proposta, autorização e funcionamento. Nenhuma fonte responde a todas as perguntas. Ao comparar 1934, 1937 e 1946, anote também quem podia discordar publicamente do governo em cada fase. Esse exercício transforma quatro rótulos cronológicos em uma análise de legitimidade, participação e execução de políticas.

Comparações que evitam confusão

Pergunta	Distinção necessária
Vargas foi sempre presidente eleito?	Não. 1930–1945 reúne fases diferentes; em 1951 assumiu após eleição.
Direito trabalhista é o mesmo que liberdade sindical?	Não. Uma norma pode ampliar proteção e coexistir com controle político.
Propor uma empresa significa instalá-la?	Não. Eletrobras: proposta em 1954, autorização em 1961 e instalação em 1962.
Industrialização garante democracia?	Não. Compare o Estado Novo à Constituição de 1946.

Prática com critérios

1. Compare a Constituição de 1934 à ruptura de 1937.
2. Explique como o Estado Novo podia ampliar políticas trabalhistas e restringir liberdades.

3 Diferencie os três marcos da Eletrobras.

4 Identifique ao menos duas dimensões da crise de 1964 além de um nome presidencial.

Respostas esperadas

- **1:** Constituição e representação em 1934; fechamento do Congresso e Carta outorgada em 1937.
- **2:** política social, organização sindical e repressão devem ser analisadas simultaneamente.
- **3:** proposta, autorização legal e funcionamento têm datas e governos distintos.
- **4:** inclua instituições, projetos de reforma, forças sociais e militares; não faça causalidade automática.

Fontes e limite editorial

Consultar Senado — Constituições, Senado — história do período e Eletrobras. Esta edição é textual e não reutiliza fotografias do e-book antigo sem conferência de créditos.